



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000469-53.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação**  
 Requerente: **Hero Comércio de Combustíveis Ltda**  
 Requerido: **PROCON - FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Hero Comércio de Combustíveis Ltda move ação anulatória c/c sustação de protesto contra Procon - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor pedindo a redução da multa que lhe foi aplicada 'a um patamar que observe os princípios da proporcionalidade e razoabilidade', assim como a sustação e o cancelamento do protesto da CDA, sob o fundamento de que a autuação feita pelo réu pela exposição à venda de produtos com validade vencida resultou na imposição de multa em valor desarrazoado, injusto, desproporcional e em desconformidade com os preceitos constitucionais.

Liminar indeferida.

Contestação apresentada, alegando-se incompetência territorial, incompetência do juizado, e, no mérito, legalidade e razoabilidade da autuação e da multa.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Rejeito a alegação de incompetência territorial por aplicação analógica, ao Procon,

**1000469-53.2018.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autarquia e pessoa jurídica de direito público também defendida pela Procuradoria do Estado, do disposto no art. 52, parágrafo único do Código de Processo Civil: "Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado."

Rejeito a alegação de incompetência do juizado especial porque, com as vênias ao alegado pelo réu, no presente caso os interesses difusos e coletivos relativos à defesa do consumidor são tema apenas indiretamente tratado, porquanto o que se discute, essencialmente, é a validade do ato administrativo.

Ingressando no mérito, improcede a ação.

A proteção ao consumidor, com a Constituição Federal de 1988, não foi apenas elevada a nível constitucional como também à grandeza de direito fundamental, nos termos do art. 5º, XXXII da Constituição Federal.

A promoção do direito do consumidor dá-se em várias frentes, sendo uma delas, segundo o art. 4º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor, a 'ação governamental', que inclui a 'garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho'.

Para tutelar esses padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho o legislador não só tipificou determinadas condutas como crime (art. 61 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor) ou afirmou a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito ou vício do produto ou serviço (arts. 12 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor), como também atribuiu aos entes federados competência concorrente para controlar 'a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias' (art. 55, caput e § 1º do Código de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Defesa do Consumidor), inclusive com a imposição de sanções administrativas.

De modo bastante genérico, o legislador possibilitou a imposição de sanções administrativas para quaisquer 'infrações das normas de defesa do consumidor', como vemos no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Indiscutível que a exposição à venda de produtos com prazo de validade vencido constitui infração a referidas normas, porquanto o art. 18, 6º, I do Código de Defesa do Consumidor é claro ao indicá-lo como impróprio ao uso e consumo.

Muita claro, pois, o respaldo jurídico para o administrador considerar essa conduta como infração administrativa suscetível de justificar a imposição de alguma das sanções administrativas autorizadas pela lei, entre as quais a multa.

No que toca ao dimensionamento da multa, mais uma vez percebemos que o legislador concedeu ampla discricionariedade ao Administrador Público para a fixação dos critérios a serem levados em conta, vez que o art. 57 do Código de Defesa do Consumidor apenas indicou um piso (200 UFIRs) e um teto (3.000.000 UFIRs) e sinalizou para a necessidade de sua graduação (a) segundo a gravidade da infração (b) segundo a vantagem auferida (c) segundo a condição econômica fornecedor.

No exercício regular da referida discricionariedade, o Procon edita diversas portarias, entre as quais a de nº 45/2015, na qual verificamos (a) a gravidade da infração foi definida a partir de uma classificação em quatro grupos e a exposição à venda de produtos com validade vencida foi classificada no grupo IV, Item 'd', '6' do Anexo I, ou seja, de maior gravidade, conforme o parágrafo único do art. 30 (b) a distinção entre vantagem não apurada ou não auferida e vantagem apurada, art. 31 (c) a classificação da condição econômica do fornecedor a partir da média de sua receita bruta, em conformidade com critérios técnicos e objetivos indicados no art. 32 (d) a composição desses elementos a partir a aplicação de uma fórmula descrita no art. 33, com a consideração, ainda, de circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no art. 34.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A leitura da referida portaria constitui um passo importante para se constatar que os elementos adotados pelo Administrador Público foram todos cuidadosamente conjugados de modo a se impor, caso configurada a infração, uma penalidade que respeite os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Não se verifica qualquer desvio de finalidade ou excesso de poder na edição do referido ato normativo.

Consequentemente, a redução da multa com base em parâmetros mais subjetivos do razoável ou do proporcional constituiria indevida intromissão, pelo Poder Judiciário, no espaço de discricção legalmente conferido ao legislador, de modo a lesar – a pretexto de implementação de outros postulados – os princípios da isonomia (pois daria ensejo a um tratamento privilegiado a um fornecedor específico, em detrimento dos demais), da segurança jurídica (ausência de parâmetros racionais para esse controle de razoabilidade e proporcionalidade, num caso em que a normatização administrativa foi cuidadosa) e da separação de poderes (o Judiciário estaria indevidamente se substituindo ao administrador público).

Nesse cenário, com toda a vênia ao autor, considerando a inexistência de qualquer prova ou mesmo sequer de alegação no sentido de que as normas da Portaria foram descumpridas pelo Procon, forçoso é o reconhecimento de que o ato administrativo foi legal e válido, sem desobedecer os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Em realidade, respeitados entendimentos em sentido contrário, se referidos princípios fossem invocados para justificar o controle judicial na hipótese, serviriam apenas como mero topoi argumentativo, exercendo função apenas retórica, uma fuga do direito positivo para o plano incontrolável dos valores, ante a ausência de fundamento racional – no presente caso – para se concluir que a multa imposta foi realmente excessiva.

A propósito, não se deve ignorar que a multa deve ser em patamar suficiente não só para punir (sancionatório) mas também para desestimular a reiteração na prática da infração (inibitório), por isso deve ser expressiva.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Confira-se: "Ação anulatória – Auto de Infração lavrado pelo PROCON – Presunção de validade dos atos administrativos – Legalidade da Portaria nº 26/06 – Parâmetros determinados pela lei – Ausência de violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Caráter sancionador e inibitório da multa - Sentença de improcedência mantida - Apelo desprovido." (Apelação 0018056-39.2011.8.26.0053, Rel. Ana Liarte, 4ª Câmara de Direito Público, j. 26/09/2016).

Julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 13 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**